

## Faltam recursos para conter a devastação

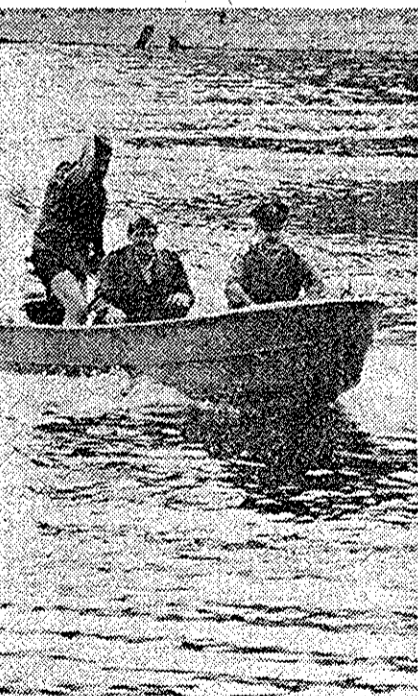
Com as botas furadas, os uniformes rasgados, sem estojos de socorro médico, pedindo carona, quando seus veículos em estado precário ou sem gasolina param no meio das estradas, e às vezes passando até fome, os guardas florestais brasileiros tentam impedir, inutilmente, que empresas, fazendeiros, caçadores, pescadores e contrabandistas arrasem o que sobrou da flora e da fauna no País.

A fiscalização florestal é tão precária que o presidente do IBDF, Paulo de Azevedo Berutti, tem vergonha de dizer quantos guardas compõem o serviço. Mas diz: são 3 mil, quando seriam necessários no mínimo 80 mil. Por causa dessa situação — e porque a própria legislação florestal é ineficiente — a devastação e o desperdício alastram-se pelo chão do Brasil como se fossem um câncer.

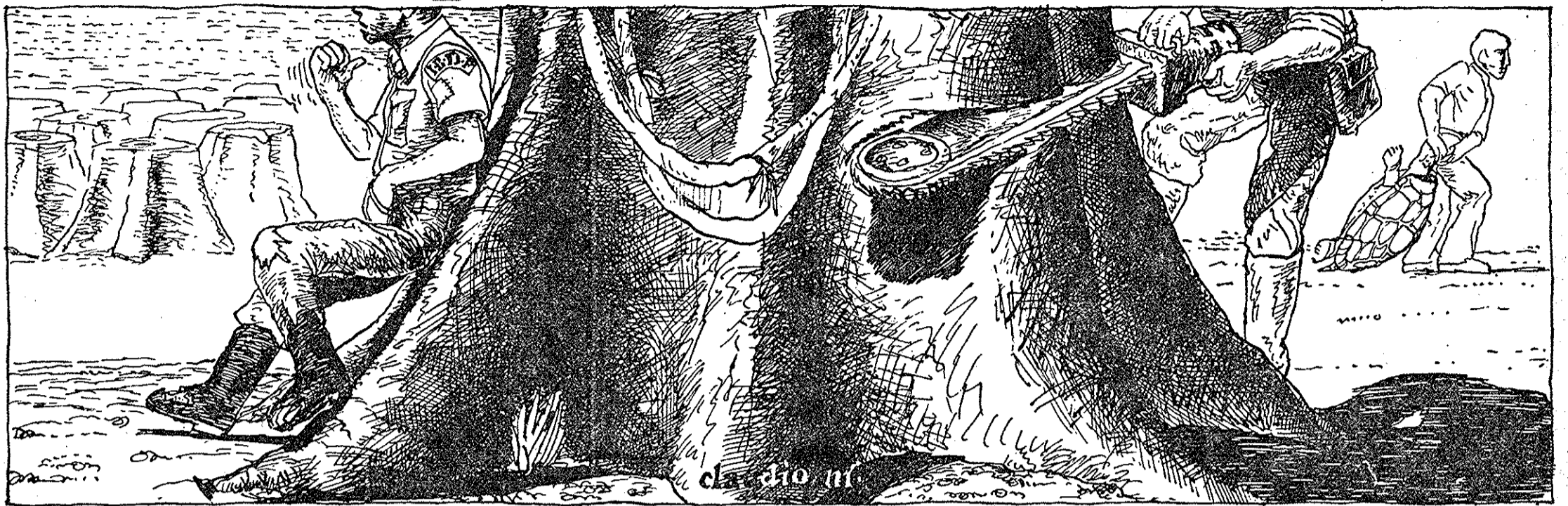
As leis são infringidas pelo próprio governo, quando vende para terceiros terras dentro de reservas criadas por decreto. No Nordeste, um funcionário do IBDF sugere que se peça ajuda às Forças Armadas para evitar destruição maior — e, no Sul, um técnico do mesmo instituto diz que não vale a pena prender infratores ou aperfeiçoar a lei, se a justiça não leva os processos adiante. Levantamento das sucursais e dos correspondentes. Coordenação e texto final de Luiz Fernando Emediato.



Paulo Berutti, presidente do IBDF



São Paulo possui 75 barcos



## Três mil homens para fiscalizar tudo

O cabo Lécio Garcia, da Polícia Militar de Minas Gerais, devia estar louco quando prendeu em flagrante 11 homens de aparência honesta, que pescavam e caçavam nas terras do Parque Nacional da Serra da Canastra, onde nasce o rio São Francisco. Entre eles, havia um juiz de Direito, dois engenheiros da hidrelétrica de Furnas, um advogado, um gerente de banco e um oficial da Marinha. Por causa dessa prisão, o cabo Lécio Garcia envolveu-se em uma série de problemas.

Primeiro, um desses homens tentou demovê-lo, com ameaças, da estranha idéia de conduzi-los para a cadeia de São Roque de Minas, o povoado mais próximo. Mas eles só saíram depois de pagar fiança e de serem indiciados em inquérito, depois transformado em processo, que um juiz arquivou, aconselhando Garcia a não levar tão a sério as leis florestais. E tudo voltou à rotina na Serra da Canastra, onde até os tamanduás-bandeira, uma espécie rara, são abatidos a tiro por diversão.

### EXÉRCITO DE BRANCALEONES

Situações como essa repetem-se por todo o País, onde três mil homens fiscalizam áreas tão imensas. Se esse precário exército de brancaleones estivesse igualmente distribuído pela superfície nacional, cada um teria para si mais ou menos 156 mil hectares, mais de 1.500 Km<sup>2</sup>.

Mas nem isso acontece: toda a floresta do Amazonas por exemplo, tem seus 156,4 milhões de hectares garantidos por exatamente uma dúzia de guardas florestais, que podem percorrer a onde houver estradas, com quatro veículos ou com 10 barcos, onde houver rios. Normalmente, eles andam é mesmo a pé.

O delegado do IBDF em Manaus, José Eduardo de Abreu, diz que precisaria aumentar em pelo menos 100 vezes a estrutura física de que dispõe, para impedir derrubadas e queimadas. Com os recursos atuais, ele controla 240 autorizações de corte, representando área desmatada de 24.356 hectares, segundo as estatísticas oficiais, mas na verdade "bem maior", segundo o próprio Abreu.

Todos os imóveis da Amazônia deveriam preservar metade de suas áreas de domínio, de acordo com o Código Florestal, mas o IBDF, responsável pelo cumprimento do Código não possui controle sobre isso. No Pará, o Instituto dispõe de apenas 20 fiscais e em algumas áreas precisa pedir ajuda à Polícia Federal, até mesmo por causa da segurança física desses funcionários.

É o que acontece principalmente no Sul do Estado, onde impera a violência e não chega a lei. Ali os fiscais são constantemente ameaçados e três

deles foram mortos em circunstâncias ainda não esclarecidas.

O IBDF conseguiu apreender no ano passado 4 mil m<sup>3</sup> de madeira, ao longo da PA-150, que liga Marabá à Conceição do Araguaia. Mas os flagrantes e prisões não são comuns: em Belém, na avenida principal da cidade, dezenas de pessoas vendem livremente animais selvagens, alguns ameaçados de extinção.

No Acre, quase 15 milhões de hectares de florestas são fiscalizados por 15 homens, o que dá 1 milhão de hectares para cada um. Eles podem usar quatro veículos, dois barcos e quatro lanchas. O encarregado do setor, Arnaldo Oliveira, diz que por causa de absurdos como esse a fiscalização é "impossível".

Apesar dessa precariedade, eles conseguiram apreender em Cruzeiro do Sul (Vale do Juruá), mais de 25 mil peles silvestres, em 1976. Mas o crédito dessa vitória — a última, pois não se repetiu — deve ser dada ao Exército, que usou um helicóptero para localizar os contrabandistas.

Desde então eles sabem da existência de uma rede de contrabando de peles nos rios Iaco e Purus, no município de Sena Madureira. Já fizeram várias penetrações na área, mas os contrabandistas — não se sabe como — são informados com antecedência dessas incursões e acompanham os passos dos fiscais, rio acima.

No Território Federal de Rondônia, a fiscalização do IBDF é nula. Quem apreende peles de jacaré e animais silvestres, esporadicamente, é a Polícia Federal. Ali, a madeira cortada ilegalmente é transportada para São Paulo e outros Estados — conforme admite a própria Secretaria da Agricultura.

O IBDF não pôde impedir, no Mato Grosso, que o desmatamento atingisse até a reserva florestal do Jurutena, no extremo Norte do Estado: foi o próprio governo mato-grossense quem vendeu e titulou as terras ali dentro, infringindo o decreto 51.027, através do qual se queria preservar uma área de 1,8 milhão de hectares.

Faltam recursos humanos — lamenta o diretor regional do IBDF, Paulo Benedito Siqueira: — Oficialmente, o nosso quadro deveria ser composto de 160 agentes florestais, para fiscalizar 1,25 milhão de Km<sup>2</sup> no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul. Mas só temos 15 agentes.

O mais insólito é que, no caso do Mato Grosso, não faltam recursos financeiros para a fiscalização. "Seu quiser comprar barcos, avião e até helicóptero eu compro", informa Siqueira. "O que falta é pessoal".

De fato, a devastação no Mato Grosso foi tanta que, paradoxalmente, dotou o IBDF só no ano passado de recursos próprios superiores a 8,5 mi-

lhões de cruzeiros, obtidos com o fornecimento de guias para desmatamento e multas.

Siqueira admite também que no Mato Grosso há muito contrabando de peles. Em Corumbá, na fronteira com a Bolívia, existem contrabandistas que mantêm caçadores de jacaré e onças por todo o Pantanal. Um desses contrabandistas, o Sebastião "Cabeça", foi preso três vezes no ano passado, mas ficava só dois ou três dias na cadeia e era libertado.

No Espírito Santo a fiscalização nem sequer existe atualmente, devido à falta de dinheiro para pagar os guardas, contratados sob a forma de convênio com a Polícia Militar. Minas Gerais tem mais sorte: aplica 5 milhões de cruzeiros por ano na compra de equipamentos e no pagamento da Polícia Rural, comandada pela Polícia Militar.

No Parque do Rio Doce, 15 pessoas foram detidas, processadas e condenadas. Antes nesse mesmo parque foi desbaratada uma quadrilha que furtava madeira de lei.

Buscando preservar a vegetação em diversas regiões do Estado criaram-se cinco parques estaduais, mas a falta de verbas específicas para este fim faz com que nem todos tenham sido efetivamente instalados, estando muitos deles sujeitos à atividade predatória de caçadores, lenhadores e comerciantes de plantas raras.

No Rio do IBDF dispõe de 80 guardas em todo o Estado, segundo o chefe da segurança, Manuel Thomás da Silva, para quem seriam necessários pelo menos 400 homens, "que nunca são cedidos pelo DASP, embora peçamos constantemente". Esses guardas são auxiliados por 200 homens recrutados mediante convênio com a Secretaria da Agricultura.

Tal precariedade repete-se com a mesma insistência no Sul do País — como no Paraná, onde o IBDF delegou a fiscalização ao Instituto de Terras e Cartografia, que possui 24 equipes de vigilância atuando principalmente junto aos sete parques estaduais — o que não tem impedido que sofram agressões.

O Paraná conta com um Delegacia do Meio Ambiente, única no País, no gênero, com o objetivo de tratar do ponto de vista penal os delitos contra o meio ambiente. Mas a maioria dos indiciados em processos nessa delegacia são caçadores e pescadores, quando se sabe que, ali, as maiores devastações são provocadas por madeiras clandestinas e até por empresas de reflorestamento.

Uma dessas empresas, a Conflor, ligada ao grupo Brascan, já destruiu toda a mata nativa da região de São Francisco do Sul, e por isso responde a inquérito instaurado pela Delegacia do Meio Ambiente. Por causa

do valor irrisório das multas, a Conflor reincidiu 16 vezes no ano passado, após ter sido multada 13 vezes em 1977.

De qualquer forma, o setor de vigilância florestal no Paraná fez no ano passado 2.400 autuações, apreendendo 34.500 m<sup>3</sup> de lenha, 58 mil unidades de palmito natural, 15 mil toras de madeira e 132 motos serras. No Parque Nacional do Iguaçu, com 176 mil hectares, a vigilância é feita por apenas 50 homens, cedidos pela Polícia Militar, que não pôde impedir a invasão por 457 famílias de intrusos, aos quais o IBDF teve de pagar 8 milhões de cruzeiros para que desocupassem a área.

Santa Catarina tem oito guardas florestais a serviço do IBDF, além de sete técnicos e 12 veículos para a fiscalização dos projetos de reflorestamento. O Instituto paga 2 milhões de cruzeiros por ano à Secretaria da Agricultura, para que essa também fiscalize matas e mananciais.

No Rio Grande do Sul, o IBDF tem sete fiscais para fiscalizar 2.300 serrarias e os projetos de reposição florestal obrigatória. O Instituto paga 1 milhão por ano à Polícia Militar, para que o ajude a preservar flora e fauna.

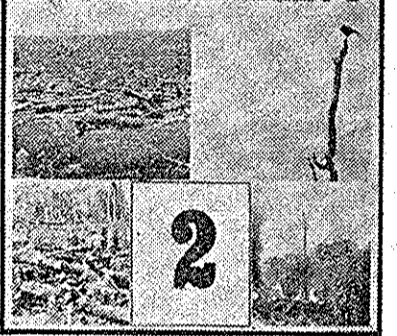
As voltas com uma inextricável rede de contrabandistas de madeira e falsificadores de guias florestais, o delegado regional do IBDF na Bahia, Raimundo Coelho, afirma que a fiscalização é impossível e sugere a criação de órgãos fiscalizadores a níveis estadual e municipal, para auxiliar o Instituto — único responsável, até agora, por esse encargo.

Em Fortaleza, no Ceará, a diretoria do IBDF, Lair Studart, nem sequer fala de fiscalização e, repetindo o presidente do Instituto, diz que "o número de fiscais é tão pequeno que dá vergonha". São 15 fiscais para 141 municípios. Esse número decresce no Maranhão: oito fiscais para uma floresta de 114 mil km<sup>2</sup>, invadida pelos contrabandistas de peles e, pouco a pouco, pelos projetos agropecuários incentivados pela Sudam.

Tais dificuldades levam o delegado do IBDF em Pernambuco, José Carvalho Ferreira da Silva, a defender a participação das polícias civil e militar e até das Forças Armadas na repressão aos que descumprem o Código Florestal. No seu Estado, há seis guardas florestais e igual número de veículos, para controlar 80 mil hectares de matas.

Esses guardas jamais conseguiram um grande feito, e parece que a diretoria regional do IBDF faz questão de deixar isso bem claro. "Nossa ação se limita a reprimir passarinhos", explica José Carvalho, informando, desconsoado, que no ano passado, foram presos, em pleno centro de Recife, dois vendedores de passarinhos.

## O DESERTO BRASILEIRO



Na 3ª e última matéria da série, amanhã, a discussão do Código Florestal e do manejo racional de florestas.

## O IBDF reconhece as falhas

O presidente do IBDF, Paulo Berutti, reconhece com franqueza que a fiscalização florestal é um dos maiores estrangulamentos na instituição que dirige, e que por causa do escasso número de fiscais — 3 mil, em todo o País — não é possível impedir as pequenas e grandes devastações, às vezes em regiões remotas, de acesso difícil.

Para se cobrir bem o País seriam necessários no mínimo 80 mil homens bem equipados, uma polícia florestal com poderes fortes para o cumprimento da lei. Atualmente, o IBDF só consegue apreender peles que estão sendo contrabandeadas, mas isto significa apenas interceptar o contrabando, pois os animais já foram mortos.

Mas ele espera que a fiscalização indireta melhore com o convênio assinado com o Instituto de Pesquisas Espaciais de São José dos Campos (Inpe), que de 18 em 18 dias receberá imagens do satélite Landsat. Por isso, será possível detectar incêndios e desmatamentos acima dos níveis permitidos — embora não seja possível impedir-las.

O secretário Especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Netto, confere importância fora do comum à fiscalização. E diz: "Não se pode entregar a exploração a empresas nacionais nem estrangeiras quando o governo não dispõe de boa qualidade na fiscalização". E acrescenta, taxativo:

— A exploração feita atualmente, tanto na Amazônia como em outras regiões do País, é predatória. O fato de a Sudam não aprovar mais projetos na região de mata de alto porte é um grande progresso, mas o que já foi desrespeitado causou prejuízos irreparáveis.

O ministro da Agricultura, Alisson Paulinelli, não concorda com Nogueira Netto, quando este defende a importância da fiscalização. Ele acha que a preservação das florestas só será conseguida com "a conscientização da população". Mas não explica como essa conscientização se daria.

Mais preocupada com outros aspectos da questão, a geógrafa Lilian Leite, do governo de Sergipe, culpa o próprio IBDF pela devastação, e observa que o desmatamento é incentivado pelas leis florestais. O desmate para obtenção de lenha e carvão das florestas nativas implica na reposição obrigatória, prevista em lei, mas, como não pode fiscalizar seu cumprimento, o IBDF permite a substituição do plantio pelo pagamento de uma taxa em dinheiro. Ou seja: desmatando, e paga-se uma taxa ao IBDF.

## A inglória tarefa dos guardas, sem carros e uniformes

O soldado da Polícia Florestal do destacamento de Teodoro Sampaio, em São Paulo, olha desalentado para a única viatura da unidade, estacionada há vários dias em um posto de serviço, por falta de gasolina, coça a cabeça e resmunga: "Desse jeito não podemos ir ao Morro do Diabo. Os caçadores estão sabendo disso e vão invadir tudo".

Há 11 soldados no destacamento Teodoro Sampaio, que têm a obrigação de vigiar 37.165 hectares de matas. Durante uma excursão pela reserva, em um carro emprestado pelo repórter de O Estado, um dos guardas foi atingido no nariz por um galho de árvore e todos tiveram de voltar às pressas, pois não tinham equipamento de pronto-socorro.

Essa é a situação em São Paulo, o Estado em que as florestas são melhor protegidas que todas as outras do País. A fiscalização foi delegada à Polícia Militar, que especificamente para este fim criou em 1967 o 1º e o 2º Batalhão

de Polícia Florestal e Mananciais, com 1.200 homens, dos quais 550 envolvidos em serviços burocráticos.

Os restantes 650 agem numa superfície de 247.848 km<sup>2</sup>, apoiados por 80 viaturas leves, 75 barcos, 40 motores de popa e rádios UHF. Mas a maior parte desse equipamento está caindo aos pedaços. Falta dinheiro para comprar gasolina, uniformes e remédios. Um guarda conta que lava seu uniforme à noite, para usá-lo de dia.

O próprio comando do 1º Batalhão reconhece que os recursos disponíveis atendem apenas "parcialmente" às necessidades. Esses recursos somam 1,8 milhão de cruzeiros, provenientes de verba liberada pelo IBDF, em forma de convênio, para o governo do Estado. A Sudepe também colabora com alguns recursos para a fiscalização dos rios.

No ano passado foi feita uma única inspeção aérea, com um helicóptero que o próprio governador Paulo Egydio emprestou à polícia — mas por um dia, apenas. Para dar uma idéia dos

problemas dos guardas florestais, um deles diz que são obrigados a cuschar do próprio bolso os serviços de manutenção dos veículos.

No litoral santista, outro desses guardas diz que há um só binóculo para uso de todo o destacamento, e nem um barco para fiscalização. "Oa, de que nos adianta um binóculo se rio podemos identificar o nome do barco e nem sequer chegar até ele?", indaga, meio perplexo, de binóculo na mão.

Se uma cobra picar um de ns, isso poderá ser fatal, pois não temos soro anti-ófidio e o socorro mais próximo fica em Mirante do Paranapanema, a dezenas de quilômetros — informa um soldado do destacamento de Teodoro Sampaio, calçado de sapatos comuns e estragados, pois nem boás militares o comando-geral envia para todos eles.

Por causa disso, eles não se arrimam a trabalhar à noite — período especialmente caro aos caçadores, que, ao contrário da polícia, entram sa-

mas equipados de armas potentes, remédios, barcos e até rádio. Calcula-se que mais de 100 animais são abatidos toda semana no Morro do Diabo — número que duplica se se considerar animais abatidos nas matas particulares.

Essa fragilidade é confirmada na 8ª Região Administrativa pelo tenente Paulino, do destacamento de São José do Rio Preto, onde a polícia é auxiliada por grupos de voluntários da Associação da Defesa da Fauna e Flora, sempre pronta a denunciar irregularidades.

No litoral Norte, o sargento Leite conseguiu 12 voluntários para apagar um incêndio ateadado não se sabe como às árvores do morro "Queixo de Anta", em Caraguatuba. O fogo ameaçava atingir o Parque Estadual da Serra do Mar, onde se encontram praticamente todas as últimas florestas nativas do Estado.

Se a polícia florestal recebesse apenas 20% do que arrecada em autua-